



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

de Oliveira, Márcio

A participação goiana na construção de Brasília

Sociedade e Cultura, vol. 8, núm. 1, janeiro-junho, 2005, pp. 97-109

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70380106>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A participação goiana na construção de Brasília\*

MARCIO DE OLIVEIRA\*\*

---

Resumo: O governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-60) reuniu um impressionante volume de fotos, imagens cinematográficas e documentos sobre todo o processo de transferência da capital e construção da cidade de Brasília. Além disso, publicou uma importante coleção de livros – Coleção Brasília – sobre o cotidiano da construção e sobre os antecedentes da transferência. Por meio dessa iniciativa, acabou por produzir não apenas fontes documentais para a pesquisa, mas substancialmente uma certa versão tanto da história do Brasil quanto da história de Brasília. Este artigo investiga por que o governo JK decidiu ser o cronista e o historiador de Brasília e quais as consequências desse ato para a compreensão da história da mudança da capital, em particular para a compreensão da participação de atores sociais goianos nesse processo.

Palavras-chave: Brasília; mudança da capital do Brasil; estado de Goiás.

---

O governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976),<sup>1</sup> ao transferir a capital do Brasil para o estado de Goiás, preocupou-se igualmente em relatar sua obra, reunindo um impressionante volume de fotos, imagens cinematográficas e documentos sobre o período da construção. Além disso, publicou uma importante coleção de livros sobre o cotidiano da construção e sobre os antecedentes da transferência.<sup>2</sup> Ao fim e ao cabo, o governo JK acabaria por legar à história mais do que um arquivo, mais do que simples livros. De fato, ali estava sua versão dos fatos, sua versão da história de Brasília. Este artigo investiga por que

o governo JK decidiu ser o cronista e o historiador de Brasília e quais as consequências desse ato para a compreensão dos antecedentes históricos da mudança da capital, em particular para a compreensão da participação goiana nesse processo.

Em suas memórias, o escritor e ex-secretário de imprensa de JK Autran Dourado<sup>3</sup> (2000, p. 158) afirma que, ainda durante a construção de Brasília, um sem-número de documentos sobre a cidade foi sendo paulatinamente reunido no Rio de Janeiro, posteriormente transferido para Brasília. Foi assim que, em 1960, às vésperas da inauguração da nova capital, por meio do Serviço de Documentação da Presidência da República, o governo publica, a pedido do próprio JK, os primeiros tomos de uma coleção – a Coleção Brasília<sup>4</sup> – que, ao seu término, contaria com dezoito volumes. O

---

\* Este trabalho foi inspirado no excelente livro de Luiz Sérgio Duarte da Silva. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. É uma homenagem póstuma a Iracema Gonçalves da Silveira, natural de Ipameri e pioneira de Goiânia.

\*\* Márcio de Oliveira é doutor em Sociologia e professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. E-mail: marciodeoliveira@ufpr.br

1. Doravante abreviamos o nome do ex-presidente para JK.

2. O conteúdo da coleção é analisado no texto. Já o acervo está hoje sob a guarda do Memorial JK e do Arquivo Público do Distrito Federal.

3. Dourado serviu JK durante oito anos. Trabalhou como taquígrafo de JK no Palácio da Liberdade (MG) e foi seu auxiliar direto (oficial de gabinete e secretário de imprensa) no Palácio do Catete.

4. Doravante nos referimos à Coleção Brasília apenas pela palavra Coleção.

objetivo dessa obra foi apresentar a nova capital sob todos os seus aspectos. Como se pode ler na própria Coleção, o governo procurou

[...] oferecer aos estudiosos os elementos documentais relativos à interiorização da Capital do Brasil, tanto de seu aspecto histórico quanto do político, social e econômico, desde os antecedentes mais recuados até a data fixada por lei para a transferência do Governo para Brasília, 21 de abril de 1960. (Coleção Brasília. Diário de 1959, 1960, p. 7)

A Coleção foi dividida em quatro conjuntos. O primeiro foi dedicado aos “antecedentes históricos”, e contou com três tomos intitulados respectivamente: 1594-1896; 1897-1945; 1946-1956. O objetivo desse primeiro conjunto era descrever o “desenvolvimento da idéia da interiorização até 31 de janeiro de 1956”, momento da posse de JK, por meio de um longo recapitular de fontes históricas e documentos em um todo cronológico, mas não explicativo. O segundo conjunto foi intitulado “Diário de Brasília”, contou com quatro tomos (1956/57, 1958, 1959 e 1960) e teve por objetivo apresentar anualmente o cotidiano da construção entre os anos 1956 e 1960. O terceiro conjunto é uma coletânea de opiniões de personalidades brasileiras e estrangeiras feitas sobre a nova capital ainda durante o processo de construção. Tem nove tomos. O último deles tem apenas um volume (“O Congresso Nacional e Brasília”). Completando seu trabalho de historiador, o mesmo serviço de documentação publicou, em julho de 1960, um último volume da coleção, cujo título foi “Brasília, história de uma idéia”, e incluiu-o no conjunto das obras históricas (vol. III - A), como a dar uma versão sintética da história dos antecedentes de Brasília. Esse volume, um trabalho de pretensões histórico-sociológicas, foi informalmente assinado pelo então diplomata Raul de Sá Barbosa. Ali ficava consagrada a expressão “idéias mudancistas”, em uma clara tentativa de transformar todo o conjunto de idéias e projetos que desde séculos passados insistiam sobre a necessidade da transferência da capital da cidade do Rio de Janeiro para o interior do país,<sup>5</sup> em um todo lógico e socialmente produzido.

A Coleção pretendeu demonstrar que a história da transferência da capital para o interior do Brasil estava concluída. A tese apresentada afirmava, em resumo, que Brasília era a capital desejada por muitas gerações de brasileiros através dos séculos. A Coleção cumpriu ainda um último e não confesso objetivo: demonstrar que a história da transferência da capital para o interior do Brasil estava concluída. Todavia, quando decidimos escrever (ou simplesmente descrever) o histórico dessas idéias mudancistas, um fato chamou-nos a atenção: pouquíssimos eram os trabalhos publicados sobre o tema da transferência da capital antes da posse de JK (1956). As raras referências eram as idéias do jornalista brasileiro e fundador do jornal Correio Braziliense, Hipólito José da Costa (1774-1823), em seu próprio jornal; o livro A questão da capital: marítima ou no interior?, do diplomata brasileiro Francisco Adolfo Varnhagem (1816-1878), além dos relatórios feitos por comissões oficiais que estudaram a região do Planalto Central no intuito de conhecer o local para onde deveria ser transferida a capital.

Em síntese, a maior parte das publicações sobre a transferência da capital havia sido editada imediatamente antes, durante e após a construção da cidade. A lista, por ano de publicação, é:

- José Peixoto da Silveira. A nova capital, por que, para onde e como mudar a nova capital federal (1957);
- J. R. Vasconcelos. Brasília, peça de política nacionalista (1957);
- Ruy Bloem. Mudança da capital (1958);
- Osvaldo Orico. Brasil, capital Brasília (1958);
- Ismael Pordeus. Raízes históricas de Brasília. Datas e documentos (1960);
- J. O. de Meira Penna. Quando mudam as capitais (1958);
- Moisés Gicovate. Brasília uma realização em marcha (1959);
- Horácio Mendes. Brasília e seus antecedentes (1960);

---

5. Trata-se aqui de uma expressão cunhada pelo governo JK à época da construção de Brasília.

- Eduardo K. Mello. Brasília, história, urbanismo, arquitetura, construção (1960);
- Olímpio Ferraz. Brasília (1961);
- José Geraldo Vieira. Paralelo 16: Brasília (1966);
- Ernesto Silva. História de Brasília (1970);
- Raul de A Silva. Os idealizadores de Brasília no século XIX (1975);
- Geraldo I. Joffily. Brasília e sua ideologia (1977);
- Adirson Vasconcelos. A mudança da capital (1978);
- Edgard D’Almeida Vitor. História de Brasília (1980).

Analisando o conjunto desses trabalhos, chega-se a certas conclusões. Boa parte deles não tem pretensão histórica. Moisés Gicovate, José Geraldo Vieira e Olímpio Ferraz eram escritores e seus livros são obras literárias. Osvaldo Orico era igualmente escritor (ou “funcionário-escritor”), membro da ABL, diplomata e educador, além de amigo de JK.<sup>6</sup> Meira Penna era embaixador e teve a publicação de seu livro apoiada por ninguém menos que Israel Pinheiro.<sup>7</sup> Já Horácio Mendes era professor de Direito Comercial da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Geraldo Joffily foi um dos primeiros juízes de Brasília nomeados por JK. Ruy Bloem e Eduardo Mello haviam sido membros da comissão artística da 2ª Bienal do MAM (SP, 1953). Ernesto Silva, médico e oficial do Exército,

teve atuação destacada no processo de transferência da capital. Foi secretário da Comissão de Localização da Nova Capital (1951-53), presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal (1956) e diretor da Companhia de Urbanização da Nova Capital (Novacap) (1956-61). Adirson Vasconcelos era jornalista à época da construção de Brasília. Edgard Vitor era funcionário da Novacap, admitido em 1959, e escritor.

Da lista, os livros e artigos com pretensão histórica, escritos à época da construção, eram de autoria de atores engajados e defensores da transferência. Vejamos: Peixoto da Silveira foi secretário de Finanças do estado de Goiás, quando JK assina o decreto da mudança da capital (“Mensagem de Anápolis”), e um dos atuantes membros da comissão goiana de apoio à mudança da capital, criada antes mesmo da posse de JK. Horácio Mendes era redator da Revista Brasília, boletim mensal de divulgação publicado pela Novacap durante todo o período da construção de Brasília.

A tônica geral desses trabalhos é favorável ao projeto de transferência da capital do governo JK. Além disso, de uma maneira geral, eles embutem a mensagem de que o projeto de construção de Brasília foi realmente o desaguadouro de uma antiga idéia que vinha sendo histórica e socialmente defendida. Dada a posição que os autores ocuparam no processo da transferência, compreende-se por que seus trabalhos esposaram explícita ou implicitamente a tese governamental da histórica aspiração nacional. Comparando o volume da Coleção “Brasília, história de uma idéia” com o teor geral dos trabalhos listados, temos uma grande semelhança. Vejamos. Neste último, afirma-se que as idéias mudancistas surgiram nos tempos do Brasil colônia. A partir desse momento, o texto apresenta os fatos históricos julgados mais importantes, como a ligação do tema da transferência com a questão nacional. Citando JK, o texto afirma que “Brasília não é uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento” e que a transferência da capital é o “[...] coroamento de um processo quase tão velho como o país”. Conclui enfim enfatizando duas datas-chave: a da instalação do primeiro acampamento de pioneiros no sítio da futura

6. Miceli (1981, p. 145) afirma que Orico foi um escritor de pouco valor cujo “maior mérito foi o de ser eleito para a ABL”. A expressão “funcionário-escritor” revela assim que Orico teria sido mais um funcionário (que fez carreira na burocracia do Estado) que de fato um escritor.

7. Israel Pinheiro nasceu em 1896, filho de João Pinheiro, deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1890, senador em 1905 e governador de Minas Gerais em 1906. Em 1919, Israel forma-se em engenharia civil e de minas. Em 1933, é convidado por Benedito Valadares para a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas. Em 1942, Getúlio Vargas convida-o para assumir a presidência da recém-criada Companhia Vale do Rio Doce. Elege-se deputado federal, reelegendo-se em 1950 e 1955. No ano seguinte, Juscelino Kubitschek convida-o para assumir a presidência da Novacap. Inaugurada a nova capital, é nomeado primeiro prefeito da cidade, cargo que exerceu até 31 de janeiro de 1961. Em 1965, é eleito governador de Minas Gerais. Com o fim do mandato, em 1971, retira-se da vida pública e falece em 1973.

capital e a data da inauguração. Essa mesma visão pode ser encontrada em Ismael Pordeus:

Sempre tributamos os mais francos aplausos à idéia de interiorização da Capital do Brasil. Sempre rendemos nossa admiração aos que alimentaram essa idéia, já nos tempos recuados da Colônia e do Império, já nos dias da República [...]. (Prodeus, 1960, p. 11)

Ou ainda em Ernesto Silva: “Dois motivos levaram Brasília ao Planalto Central: a tradição do sonho secular de uma capital no centro demográfico do país e o subdesenvolvimento da região escolhida” (Silva, 1971, p. 12). Edgard D’Almeida Vitor, embora reforçando a tese central, tenta rebater a alegação do “capricho” de JK:

Disseminou-se – notadamente nas camadas menos instruídas do povo – a idéia que a transferência da Capital brasileira do Rio de Janeiro para o Planalto Central do oeste foi obra de um Governo, e a construção de Brasília, o capricho de um Governante. (Vitor, 1980, p. 38)

Em síntese, além do fato de esses trabalhos terem sido escritos por personagens diretamente envolvidos com a questão, a análise dessas obras indicou que havia sido no seio e a partir do processo de transferência da capital desencadeado pelo governo JK que historiadores, jornalistas e outros começaram a recuperar essa importante parte da história brasileira, associando-se sempre à tese de que “Brasília é capital desejada durante séculos por gerações de brasileiros”. Em outras palavras, era no interior da história (ainda não escrita) de Brasília e não no interior da história do Brasil que se encontrava a maior parte dos trabalhos históricos sobre a transferência da capital. Isto também explicaria por que a concordância dos trabalhos acima listados com as teses do governo JK é tão nítida. Não obstante, quando se chega aos detalhes, muitos reparos podem ser feitos.<sup>8</sup> Para o que nos interessa, um lapso difícil de ser entendido é a pouca importância dada à participação goiana no processo de transfe-

rência e mesmo durante o período da construção. No intuito de discutir as razões desse “esquecimento”, vamos, primeiro, descrever o papel dos atores sociais goianos no processo de transferência e de construção da atual capital.

### A Informação Goyana

O major do Exército Henrique Silva fundou, em 1917, uma revista, intitulada Informação Goyana, que circularia até 1935. A tônica da revista eram a valorização da “civilização sertaneja” e o interesse em ressaltar o potencial econômico da região. O major conhecia bem essa região, que ele havia visitado na condição de membro da Comissão Cruls.<sup>9</sup> Em seus anos de existência, a Informação teve uma atuação regional destacada, sobretudo devido à importância que o tema da transferência sempre teve para os goianos, além de contribuir na divulgação de nomes como os de Miguel Calmon, Capistrano de Abreu, Leopoldo de Bulhões, Afonso Arinos, entre outros.<sup>10</sup> Além disso, a revista fazia críticas à presença da capital na cidade do Rio de Janeiro, afirmando que o Brasil era o sertão onde poderia ocorrer o “renascimento da raça”. Contudo, a Informação não seria lembrada por nenhum dos historiadores, nem mesmo pela Coleção.

### A desapropriação das terras do futuro Distrito Federal: novo ato da participação goiana

Em novembro de 1946, o presidente marechal Eurico Gaspar Dutra cria a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, nomeando para sua presidência o general Poli

8. Para maiores detalhes ver OLIVEIRA, Márcio de. Brasília: o mito no imaginário da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.

9. Em maio de 1892, em respeito à Constituição recém-promulgada, Floriano Peixoto ordenava a criação da Comissão de Exploração do Planalto Central do Brasil, composta de 22 membros, incluindo seu chefe, o belga e diretor do Observatório Nacional, coronel Luís Cruls. O objetivo da Comissão Cruls (como a comissão acabaria por ser conhecida) era escolher o sítio exato para a instalação da futura capital. Contudo, apenas em 1894, dois anos e duas viagens após sua criação, a Comissão Cruls apresentaria ao governo seu relatório. O objetivo principal – a fixação exata do sítio – é um dos aspectos centrais do relatório. São delimitados 14.400 km<sup>2</sup> de terra na forma de um retângulo – mais tarde conhecido como o Retângulo Cruls.

10. Ver Silva, 1997, p. 41-43.

Coelho. Para sensibilizar a comissão, o governo de Goiás organiza várias comitivas às cidades de Corumbá, Formosa, Luziânia e Planaltina, todas elas limítrofes do sítio escolhido pela Comissão Cruls. A 20 de julho de 1947, quando é promulgada a constituição do estado de Goiás, lia-se em seu artigo 54 que a área da nova capital seria “desmembrada automaticamente do território goiano”. O próprio governador de Goiás organiza palestras em São Paulo, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro para defender o Planalto Central como sendo a região mais adequada para a transferência da capital. A Imprensa Oficial do Estado de Goiás chega mesmo a publicar um livro intitulado *A mudança da capital federal*,<sup>11</sup> no qual são enumerados, em forma de justificativa, os aspectos mais importantes da mudança. Utilidade, centralidade, progresso, racionalidade administrativa e nacionalidade são alguns dos argumentos expostos nesse livro. Esse episódio não seria lembrado pela Coleção.

#### A Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil e a Comissão de Localização da Nova Capital Federal

Estamos aqui a menos de dez anos da posse de JK. Poli Coelho, como visto acima, havia entregue seu relatório ao presidente Dutra após dois anos de estudo na Comissão de Estudos... O fato de o relatório da Comissão de Estudos... ter endossado a escolha do Retângulo Cruls – com apenas uma diferença: a face norte do retângulo estava consideravelmente estendida no sentido de alguns rios que deveriam funcionar como limites naturais – como sendo o melhor sítio para transferência da capital parece reforçar o sentido nacional que deveria revestir todo o processo. O retângulo definido pela Comissão de Estudos... apresenta assim uma área de aproximadamente 77.250 km<sup>2</sup>.

11. Além deste, o governador Ludovico teria encomendado a Segismundo Mello (advogado contratado pela Novacap durante a construção) um outro livro – *A nova capital do Brasil – Estudos e conclusões* – que teria sido oferecido de presente a Israel Pinheiro, em Uberaba, dez dias após JK enviar ao Congresso seu projeto de lei prevendo a mudança da capital.

Poli Coelho havia aproveitado o momento para propor ao presidente Dutra que o governo federal desapropriasse a área escolhida. Contudo, o presidente recua e decide enviar ao Congresso, a 21 de agosto de 1948, o Projeto de Lei n. 293 para que os deputados examinem e votem a nova lei. Após cinco anos de debates, período em que grupos mineiros e goianos reeditaram a polêmica de 1946 em torno do local definitivo da nova capital (Vasconcelos, 1989, p. 301-303), é finalmente votada e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas a Lei n. 1.803, de 5 de janeiro de 1953, autorizando o Poder Executivo a iniciar os “estudos definitivos” visando à transferência. Entre outros aspectos, essa lei previa uma cidade de 500 mil habitantes, um estudo a ser realizado por cada ministério e pelos Poderes Legislativo e Judiciário sobre as condições de sua transferência, um Plano Geral da Mudança da Capital (artigo sexto), a realização de estudos prevendo a nova situação do estado da Guanabara, então sede do governo federal (artigo sétimo), além da realização dos estudos sobre a malha rodoviária e ferroviária que ligaria a capital aos outros estados (artigo terceiro). Pela primeira vez, portanto, tinha-se uma lei de sete artigos e três parágrafos, bastante completa e minuciosa, prevendo a transferência.

No dia 8 de junho desse mesmo ano de 1953, Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 32.976, cria a Comissão de Localização da Nova Capital Federal em substituição à antiga Comissão de Estudos... O presidente dessa nova comissão foi o general Aguinaldo Caiado de Castro,<sup>12</sup> à época exercendo a função de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Sua tarefa era escolher o local definitivo para a construção da nova capital, respeitado, é claro, o perímetro compreendido entre os paralelos 15 graus e 30' e 17 graus de latitude sul e os meridianos 46 graus e 30' e 49 graus e 30' de longitude oeste. O perímetro de Poli Coelho estava mantido. Contudo, sua área fora reduzida a 52.000 km<sup>2</sup> e, doravante, seria conhecido como o Retângulo do Parlamento.

12. A participação goiana, por meio da presença de Jerônimo Coimbra Bueno, foi igualmente importante aqui. Em suas palavras, ele teria sido o alter ego do general Caiado. Ver Bueno, Depoimento... 1990. Ver igualmente Fato 17.

A primeira iniciativa da Comissão de Localização... foi a assinatura de um contrato com a empresa Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria. Em fevereiro de 1954, toda a área já estava fotografada. Em seguida, ainda em 1954, firmou-se um novo contrato com a empresa norte-americana Donald Belcher and Associates Incorporated, assinado pelo intermédio da Comissão do Vale do São Francisco (Lopes, 1991, p. 85-87). O trabalho da empresa norte-americana consistiu em realizar a análise e interpretação fotográfica do Retângulo Cruls, a fim de indicar os cinco melhores sítios onde deveria ser construída a futura capital. Cada um desses sítios deveria medir aproximadamente 1000 km<sup>2</sup>. Em agosto de 1954, contudo, Getúlio Vargas suicida-se. O vice-presidente João Café Filho, ao assumir o governo, convida<sup>13</sup> o marechal José Pessoa<sup>14</sup> para substituir o general Castro à frente da Comissão de Localização...

Durante os vinte meses em que presidiu a Comissão de Localização..., Pessoa foi o grande responsável pela consolidação do projeto de transferência. Seu mais importante trabalho à frente da Comissão de Localização... foi, sem dúvida, a escolha do sítio definitivo (o mesmo que seria visitado por JK em 1956) que abrigaria o Distrito Federal e a cidade de Brasília, uma área de 5850 km<sup>2</sup>, entre as cidades goianas de Luziânia, a leste, e Planaltina, a oeste.

Essa escolha, em um gesto de grande simbolismo histórico, homenageava os trabalhos da antiga Comissão Cruls. Um novo passo em direção à transferência da capital para o interior havia sido dado. Mas o marechal não se contentou em ver escolhido o sítio. De posse do resultado dos estudos, Pessoa encontra-se com Café Filho na tentativa de convencê-lo da necessidade de assinar, o quanto antes, o decreto definindo os limites do futuro distrito federal. Sua preocupação era evitar a especulação imobiliária que poderia se iniciar a partir da escolha do sítio.

Contudo, Café Filho recusa-se a assinar o decreto. Mas como havia pouco os goianos haviam transferido a capital de seu estado para uma nova cidade, alimentando inclusive, desde a Constituinte de 1946, a idéia de ver transferida a capital do país para Goiás, o marechal Pessoa decide encontrar-se com o então governador de Goiás, Pedro Ludovico de Almeida, para que este, por decreto estadual, declarasse de utilidade pública as terras do futuro distrito federal, uma vez que, em sua totalidade, elas localizavam-se dentro do estado de Goiás.

Antecipando-se a ação do governo federal, o estado de Goiás cria, então, a Comissão de Cooperação da Mudança da Capital Federal (pelo Decreto Estadual nº 1.258, de 5 de outubro de 1955), cujo objetivo central foi a efetiva desapropriação da área do Distrito Federal.<sup>15</sup> Interesses convergentes dos goianos e do marechal Pessoa fizeram, assim, com que o decreto, negado pelo presidente da República, fosse assinado pelo governo de Goiás. A primeira desapropriação ocorreria em dezembro de 1955. Tratava-se de uma área entre os Rios Torto e Bananal, enquanto outras desapropriações ocorreriam em maio de 1956.

Esse episódio, ocorrido poucos anos antes do governo JK e cuja importância foi pouco dimensionada quando do início dos trabalhos de construção de Brasília, acabaria por não ser lembrado, e a Coleção resgataria apenas o artigo da Constituição goiana. Apenas Ernesto Silva e Adirson Vasconcelos recuperaram a importância dos relatórios da comissão, o primeiro deles comentando inclusive que, devido à sua meticulosidade e ciência, não se compreendia por que ele fora esquecido durante a construção. Segundo o ex-diretor da Novacap Ernesto Silva (1971, p. 63-78), as análises e informações contidas nesse relatório teriam sido preciosas para os trabalhos de construção, mas foram "esquecidas". E, embora a referência ao Relatório Belcher esteja presente na Coleção, sua

13. As razões desse convite teriam sido a amizade de Café Filho com o marechal Pessoa. Ver Silva, Depoimentos... 1987.

14. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959) foi militar ativo na primeira metade do século XX. Participou da Revolução de 1930 e foi idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras. Acabara de ser promovido a marechal quando do convite de Café Filho. Ver [www.cpdoc.fgv.br/bav\\_jk/htm/biografias/José\\_Pessoa.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/bav_jk/htm/biografias/José_Pessoa.asp).

15. Da atual área do Distrito Federal, a Fazenda Bananal, de propriedade de Jorge Peles e Jerônimo José da Silva, foi desapropriada em dezembro de 1955. As Fazendas Guaríroba, Riacho Fundo, Tamanduá, Vicente Pires e Taguatinga, completando a área escolhida, seriam desapropriadas apenas em maio de 1956. A desapropriação foi feita pelo estado de Goiás em virtude do recuo do presidente Café Filho em desapropriar a área escolhida.

enorme importância não é devidamente aquilata. Não obstante, Augusto do Amaral Peixoto e Tancredo Neves afirmaram que os estudos da Comissão chefiada pelo marechal Pessoa e o decreto goiano são o lastro que possibilitou o rápido início das obras logo no primeiro ano do governo JK.<sup>16</sup>

#### A atuação de Jeronymo Coimbra Bueno

Jeronymo Coimbra Bueno nasceu no dia 19 de maio de 1910 em Rio Verde (GO), de família paulista e paulistana. Jeronymo e o irmão, Abelardo, formaram-se em engenharia em São Paulo, mas findaram por fixar residência na cidade do Rio de Janeiro, onde manteriam uma firma de engenharia. Em meados dos anos 30, os dois irmãos seriam convidados por Pedro Ludovico Teixeira, então governador de Goiás, para construir a capital do estado (Goiânia), que havia sido planejada pelo arquiteto e urbanista Atilio Correia Lima.<sup>17</sup> A cidade de Goiânia seria inaugurada oficialmente em 1942. Após o sucesso dessa obra, os irmãos Bueno ficam entusiasmados pela idéia da interiorização da capital. Abelardo afirma, então, a necessidade de “criar [no interior] um pólo de desenvolvimento da civilização brasileira”, uma espécie de “civilização sertaneja” (Bueno, Depoimento, 1990).

Quando de sua passagem pela Prefeitura de Belo Horizonte, JK convidaria os Bueno a fazer um plano para a capital mineira. Após trinta dias, retornam a Belo Horizonte, sugerindo-lhe que nada fizesse. Argumentam que a cidade ainda tinha um bom planejamento e que, de qualquer forma, dificilmente um plano urbano

seria tocado no curto espaço de um mandato municipal (Bueno, Depoimento, 1990).<sup>18</sup>

Jeronymo seria, em seguida, indicado e eleito pela UDN para o cargo de governador de Goiás (1947-50). Entre 1953 e 1956, foi nomeado membro da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital (1953-54), da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (1953) e da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Nova Capital, entre 1956-57, e senador (1954-62). Mesmo pertencendo à UDN, ele e seu irmão, Abelardo, passariam a apoiar JK em sua campanha para a presidência após o comício da cidade de Jataí (GO), quando o então candidato teria assumido publicamente a promessa, caso eleito, de cumprir a Constituição e transferir a capital para o interior do país.

Um último fato curioso sobre a participação de Jeronymo no processo de mudança é o convite que JK teria feito para construir Brasília. Contudo, para aceitar o convite, JK ter-lhe-ia imposto duas condições: sua saída da UDN e filiação ao PSD e a “desistência de construir a capital em 25 anos”. Tendo sido indicado governador de Goiás pela UDN, Jeronymo não pôde aceitar mudar de partido. Além disso, o senador goiano tinha em mente um plano de 25 anos para a construção da capital, enquanto JK insistia em construí-la em cinco anos, exatamente o tempo de seu mandato presidencial. Assim ele acabaria por recusar o convite.<sup>19</sup>

Mesmo tendo recusado o convite de JK, Jeronymo seria um fiel defensor da mudança durante o período da construção. Atuando no Congresso Nacional como senador (1954-62), apoiou todas as iniciativas de JK em relação a Brasília, embora se mantivesse filiado à UDN,<sup>20</sup> partido que faria oposição a Brasília (Bueno,

16. Augusto do Amaral Peixoto e Tancredo Neves. Ver depoimentos no site [www.cpdoc.fgv.br/nat\\_jk/html/depoimentos](http://www.cpdoc.fgv.br/nat_jk/html/depoimentos).

17. A cidade de Goiânia foi edificada com base em um projeto de Lima. Já esse projeto foi inspirado nas idéias de Donat Alfred Agache. Esse arquiteto francês contribuiu decisivamente para a criação da nova ciência do “urbanismo”, definido como uma “ciência da aplicação” ou como uma “sociologia aplicada”. Ver BRUANT, C. Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. In: PECHMAN, R. & RIBEIRO, L.C. de O. (Org.). Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 167-202. Agache havia feito um plano para o Rio e faria ainda um outro para Curitiba, como consultor da firma de engenharia Coimbra Bueno.

18. Em seguida a esse episódio, JK convidaria Oscar Niemeyer a fazer o projeto da Pampulha.

19. Ver BUENO, Jeronymo Coimbra, Depoimento – Programa de História Oral, 1990. Ver igualmente BUENO, Abelardo Coimbra. Depoimento – Programa de História Oral, 1990.

20. Em seu depoimento, Jeronymo relativiza a oposição que a UDN faria a Brasília. Ele insiste que o maior foco oposicionista na UDN era Carlos Lacerda, que, contudo, como deputado, atuaria sempre na Câmara, enquanto ele teria atuado sustentando o apoio a JK no Senado.



Depoimento, 1990).<sup>21</sup> Durante esse período, Jeronymo procurou mesmo não se ausentar muito da cidade do Rio de Janeiro, temendo sempre que, em sua ausência, os opositores de JK pudessem trabalhar contra a mudança. Talvez por isto, na opinião de Duarte da Silva, Jeronymo Coimbra Bueno “foi o homem que construiu politicamente Brasília ao conseguir adesão do candidato, depois presidente da República, para a causa e a sustentação do projeto no Legislativo” (Silva, 1997, p. 39).

A importante atuação – a “mania dos Buenos”, no dizer de Carlos Lacerda – de Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno em favor da mudança, tanto antes quanto durante a construção de Brasília, foi ignorada pela Coleção.

O personagem JK: um mito construído entre as teses da casualidade e da inexorabilidade

Somando-se aos trabalhos das comissões a atuação dos irmãos Bueno, a Informação Goyana e a Fundação Brasil Central, fecha-se o círculo dos antecedentes da mudança da capital oriundos de atores goianos. Curiosamente, todos eles estão pouco ou nada destacados no processo de transferência levada a cabo por JK. Assim, compreender por que o governo JK não deu a devida importância à participação goiana ou por que a Coleção revela-se incompleta a esse respeito é absolutamente necessário. O estudo da história e da própria biografia de JK<sup>22</sup> é a pista que seguimos agora. Apresentamos uma análise do papel de JK em relação aos antecedentes da mudança, de sua atuação durante o período da construção e, por fim, uma análise da visão *post facto* que ele legou de Brasília por meio do estudo de suas memórias.<sup>23</sup>

Em relação à atuação de JK em favor da mudança da capital antes de seu mandato presidencial, temos o seguinte:

Corria o ano de 1948 quando Poli Coelho pede a Dutra que assine o decreto dispondo sobre a fixação dos limites do futuro distrito federal. Como dito, o então presidente decide transformá-lo em projeto de lei e envia-o ao Congresso. Nesse momento, JK era deputado federal, eleito em 1946. Nos debates que se travaram no Congresso em torno do projeto de lei, os políticos mineiros opuseram-se ao retângulo de Poli Coelho. Essa oposição nascera durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946. Naquele momento, os deputados mineiros foram contra a manutenção do perímetro definido por Cruls, propondo a mudança da capital para a região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. Mas perderam. Durante os cinco anos (de 1948 a 1953, ano de aprovação do Projeto de Lei nº 1.803, de 5/1/53, que finalmente pôs fim à disputa), os políticos mineiros foram novamente contra a localização da capital no estado de Goiás, justificando sua atitude com base no estudo feito pelo engenheiro Lucas Lopes,<sup>24</sup> durante os trabalhos da Constituinte de 1946. Mas, por pequena margem de votos, perderam de novo.

A única e pequena diferença entre uma e outra votação é que JK não era mais membro do Congresso. Fora eleito governador de Minas. Não se tem notícia da liderança exercida pelo então governador junto à sua bancada no sentido de rejeitar o projeto de lei. No entanto, é de se supor que JK não tenha ido contra a posição dos políticos de seu próprio estado, que preferiam ver a capital em Minas. Em outras palavras, em 1953, cerca de dois anos antes de sua investitura, JK não imaginava levar a capital do país para o estado de Goiás. Isso se torna ainda mais crível porque, em novembro de 1955, JK, recém-eleito à Presidência da República, em seu plano de governo Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, afirma que a mudança da capital ainda era “um problema de geração” e o prazo de conclusão da obra não seria inferior a quinze anos.

---

21. Segundo Bueno, JK ter-lhe-ia dito: “Se não fossem vocês dois [Jeronymo e Abelardo] terem colocado a vida nesse assunto, eu não teria conseguido fazer a capital em cinco anos e se não fizesse em cinco anos...não faria nem em 50. É fato”.

22. Sobre a biografia de JK, ver BOJUNGA, Cláudio. JK. O artista do impossível. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

23. OLIVEIRA, J. K. de. Por que construí Brasília. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974 e OLIVEIRA, J. K. de. Meu caminho para Brasília. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 3 v., 1976.

24. O parecer de Lucas Lopes está reproduzido em Brasília, história..., p. 140.

Quando a Coleção resgata a tese segundo a qual Brasília é fruto de uma “histórica aspiração nacional”, propondo como argumentos o relatório de Poli Coelho, os trabalhos realizados pela comissão presidida por Pessoa e também a lei votada no processo de construção, em nenhum desses momentos há menção à posição/oposição de JK. Deve-se concluir, assim, que a atuação do personagem político JK não faz parte ou que tenha muito pouco contribuído para os antecedentes históricos da capital e que apenas tardiamente, em 1956, seu governo teria respeitado a Constituição, aceitando o desafio de levar adiante a dita histórica aspiração nacional.<sup>25</sup>

Analisemos agora a tese da “casualidade” no famoso comício eleitoral de Jataí (GO).

A incorporação ao programa de governo da meta sobre a mudança da capital (a famosa 31ª meta) é apresentada por JK em suas “memórias” como fruto de um “quase nada”; uma espécie de rompante de candidato ocorrido durante um comício em sua campanha rumo à presidência. Vejamos como o próprio JK fala a respeito desse episódio:

Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas as grandes iniciativas, surgiu de quase de um nada. A idéia da interiorização era antiga, remontando à época da Inconfidência. [...] No entanto, a despeito dessa longa hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la. Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. [...] Tudo teve início na cidade de Jataí, a 4 de abril de 1955, durante minha campanha como candidato à Presidência da República. [...] No discurso que ali pronunciei, referindo-me a agitação política que inquietava o Brasil e contra o qual só via um remédio eficaz – o respeito integral às leis –, declarei que, se eleito, cumpriria rigorosamente a Constituição. [...] Foi nesse momento que uma voz forte se impôs, para me interpelar: “O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas Disposições Transitórias, a mudança da capital federal para o Planalto Central. [...] A

pergunta era embaraçosa. Já possuía meu Programa de Metas e, em nenhuma parte dele, existia qualquer referência àquele problema. Respondi, contudo, como me cabia fazê-lo na ocasião: “Acabo de prometer que cumprirei na íntegra a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo”. (Oliveira, 1976, p. 7-8)

A passagem é longa, mas repleta de momentos fortes. Lembremos primeiro que a escolha da pequena cidade de Jataí, localizada em um dos estados menos desenvolvidos do Brasil de então, não fora gratuita. A campanha de JK, desde a morte de Vargas, estava ameaçada. Lacerda, pedindo a renúncia deste em nome de um candidato de “união nacional”, havia dito: “Se candidato, não será eleito. Se eleito, não tomará posse. Se tomar posse, não governará”. Diante de todas as pressões enfrentadas, JK cunhara a expressão “Deus poupou-me do sentimento do medo” e manteve sua candidatura. Mas, naquele momento, no intuito de avaliar o impacto político de sua recente decisão, em atitude bem precavida, decidira iniciar sua campanha em uma pequena cidade do interior de Goiás. Ao final do discurso, em uma prática que era sua, depois de ouvir o representante dos pecuaristas da região, JK resolve permitir “aportes” do público. Veio, então, a pergunta e a resposta fora legalista e política: “...como me cabia fazê-lo na ocasião”, ainda que no Programa de Metas nada constasse sobre a mudança da capital. O relato, sincero, pode inclusive confirmar as razões da atuação do deputado e do governador de Minas JK: transferir a capital para Goiás realmente não estava em seus planos.

Em seu outro livro de memórias, *Meu caminho para Brasília* (Oliveira, 1974), JK afirma que a idéia da transferência sempre lhe parecera “utópica, irrealista”. Como dito, mesmo em novembro de 1955, sete meses depois do comício de Jataí, quando do lançamento do plano de governo Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, JK ainda afirmaria que a transferência da capital era um “problema de uma geração”. Como então acreditar na hipótese que uma idéia surgida de um aparte em um comício, fruto de uma necessidade eleitoral (ou

25. Isto pode contribuir para a confirmação da tese segundo a qual teria sido Jerônimo Coimbra Bueno o grande responsável pela adesão de JK à causa da mudança.

eleitoreira) muito circunstancial, ou que o “problema de uma geração” em novembro de 1955 tenha se transformado, aos olhos de JK, numa histórica aspiração nacional apenas alguns meses depois?

Para além das trinta metas que compunham o famoso Programa de Metas, Brasília acabaria por se tornar a 31ª, a famosa “meta-síntese”. Ao trabalhar por Brasília, pouco a pouco JK passava a trabalhar pela nação. Brasília, de acaso, passa a veículo. Um veículo que mostrou toda sua dimensão a partir do momento em que surgiu. Brasília-Brasil não foi, portanto, uma associação que se apresentou ao governo JK desde o primeiro momento. Ao contrário, a hipótese é que Brasília foi aquilo que permitiu a JK vislumbrar realmente o que lhe pareceu ser uma nação incompleta e a possibilidade de construí-la. De fato, como se pode ler em suas memórias, em seguida ao comício de Jataí, JK toma o avião e começa, movido pela campanha, a sobrevoar e a observar o Brasil. Pode-se imaginar um senhor ao lado de uma pequena janela a observar os imensos “vazios” brasileiros; a observar a terra virgem, os sertões esquecidos e prontos para serem desbravados pelos “modernos bandeirantes”. Brasília tornando-se a condição: a possibilidade de ligar, de ocupar, de interiorizar o desenvolvimento nacional, enfim, de construir a nação. É possível detectar facilmente, em JK, elementos biográficos autorizando a hipótese segundo a qual a idéia de construir Brasília teria organizado os elementos que permitiram formular uma visão da realidade brasileira como sendo uma nação inacabada. Contudo, o desafio da mudança devia ser de tal monta que só depois da posse ousaria a materializá-lo.

Ao manter essa postura, JK, de alguma maneira, criou e cultivou uma enorme aura de mistério a respeito de Brasília. Em um mesmo movimento, a idéia era sua – porque ficara “hibernada durante séculos [...] até que coube a mim [...]” –, mas também não era porque sempre apresentada como fruto de uma “histórica aspiração nacional” alimentada por gerações de brasileiros. Será por isso que os antecedentes da mudança foram sendo construídos sem atores, envolvidos sempre na névoa onde se vislumbravam apenas JK e os desejos da grande nação?

Analisemos, enfim, a atuação de JK em relação a Brasília, focando, por motivos de espaço e para não ultrapassar o escopo deste trabalho, apenas um episódio, talvez um dos mais curiosos durante todo o período da construção, revelador da forma como o governo JK foi construindo os antecedentes de Brasília.

Nenhum outro fato histórico foi tão recuperado nem tão mistificado quanto o suposto sonho do padre italiano Giovanni Bosco a respeito de Brasília.

Nascido no dia 16 de agosto de 1815, Giovanni Bosco, em toda sua vida, jamais visitou o Brasil. Apesar disso, em sonho, ele teria conhecido parte da América do Sul. Esse sonho está documentado na Memória biográfica di San Giovanni Bosco. No 13º capítulo dessas memórias, intitulado “I salesiani entrano nel Brasile. Vicariato e Prefettura Apostolica in Patagonia. Grande sogno missionario” (Ceria, 1935), encontra-se a referência a um “leito muito largo, que partia de um ponto onde se formava um lago”, situado entre os paralelos 15 e 20 graus de latitude sul. “Quando se escavassem as minas escondidas em meio àqueles montes, aparecerá a Terra Prometida, donde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível” (Ceria, 1935, p. 390).<sup>26</sup> A cidade de Brasília encontra-se exatamente entre os paralelos 15 e 20 graus de latitude sul e é emoldurada por um lago artificial. A semelhança entre a realidade e o sonho, porém, termina aí. Não há no famoso sonho qualquer referência a uma cidade ou capital e, curiosamente, na continuação do sonho, Bosco diz avistar a Cordilheira, sem oferecer maiores precisões de localização, embora no texto se diga, entre colchetes, que ele teria avistado a.... Bolívia!

As imagens do lago e a riqueza inconcebível, presentes no “sonho”, apresentavam uma certa correspondência com os discursos de JK. Mas não passava disso. Não obstante as importantes lacunas, o governo JK logrou vincular sua obra ao “sonho”, omitindo tanto a referência à Cordilheira quanto aquela à Bolívia. Como isto foi possível? A explicação está no

26. Tradução de nossa responsabilidade. A tradução apenas da passagem que faz referência aos paralelos e ao lago e riqueza seria reproduzida no “Diário de Brasília”, 1956-57, anexo 18, p. 235.

livro de Peixoto da Silveira (1960, p. 258-259),<sup>27</sup> cuja tradução do “sonho” é citada em quase todos os trabalhos sobre Brasília (exceção feita a Ismael Pordeus, 1960) pela Coleção no volume “Diário de Brasília 1956-57” e pelo primeiro número da Revista Brasília.<sup>28</sup> O “sonho” foi curiosamente ignorado pelo livro Brasília, história de uma idéia.<sup>29</sup> Mas o fato é que, embora presente no livro de Peixoto da Silveira, essa tradução não é de sua autoria, mas sim do padre Cleto Caliman, feita a pedido de Segismundo Mello. Este teria tomado conhecimento do “sonho” em uma publicação antiga sobre a mudança da capital, de autoria de Alfredo Nasser. Tendo entregue o texto original ao padre Cleto, Segismundo teria ficado decepcionado com o resultado da tradução, argüindo assim se seria possível que “a visão tivesse mais um sentido de cidade, de civilização”. O padre aquiesceu, ressaltando, porém, que as consequências “seriam de Segismundo”.<sup>30</sup> Surgia aqui a expressão “grande civilização” colocada justamente antes da expressão “terra prometida”, na tradução recuperada como oficial. O objetivo era claro: a “grande civilização” seria uma decorrência da construção de Brasília. Além disso, era fácil dizer agora que Brasília era a materialização de uma premonição. Mesmo em “sonho”, Brasília já existia. Assim, o governo JK não teria feito mais que respeitar os desígnios divinos.

Em consequência da expressão acima, a cidade de Brasília poderia agora ser comparada à nação (civilização) sonhada pelo governo JK! De fato, muitas são as referências ao “sonho” de Bosco em discursos e, finalmente, o governo JK edificaria, ainda durante a construção da cidade, uma pequena capela em uma das mar-

gens do lago, batizada Capela Dom Bosco, para selar definitivamente a relação entre a capital e o padre italiano. Com essa pequena edificação, o governo homenageou Dom Bosco, além de vincular sua obra à religião predominante no Brasil: o catolicismo.

Talvez mais do que em qualquer outro fato histórico, mito e história confundiram-se em benefício da propaganda governamental. Uma vez mais, a presença divina faria o governo prescindir da memória da presença de atores sociais.

## Conclusões

A atuação do deputado JK durante a Constituição de 1946 e também do governador (de MG) JK durante a aprovação do projeto de lei de 1953 que previa a mudança da capital foi pouca expressiva. Em ambos momentos, JK teria ficado, como era de se esperar na atuação política, ao lado do grupo mineiro, em oposição ao “grupo goiano”. Durante a campanha, JK fora político: a mudança da capital era um problema legal, não necessariamente social. No período da construção, o sonho da grande civilização, da grande nação. Se pensarmos nas alusões ao desenvolvimento e ao nascimento da moderna nação que JK incansavelmente associou a Brasília, o “esquecimento” assume sentido claro. JK sempre defendeu que Brasília estava destinada a se tornar um marco na história do Brasil, o verdadeiro ponto de inflexão, a definitiva ocupação do território, enfim, a construção da nação.

Segundo o governo JK (em especial segundo o próprio JK), Brasília apontava para a possibilidade de desenvolvimento social e econômico de toda uma larga região, incluindo aí todas as localidades que se encontravam ao longo das estradas que seriam construídas para ligar a capital ao país. Apontava ainda para o esforço suplementar de desenvolvimento industrial e energético, além dos empregos diretos e indiretos que seriam criados. O efeito multiplicador de Brasília sobre a economia do país pareceu assim imenso e incalculável. Construindo sua versão sobre Brasília, o governo JK procurou realçar o sentido mítico da obra e o sentido visionário de seu governo “fundador”. Talvez

27. Com efeito, esse autor não apenas recuperou o sonho, mas modificou-lhe ligeiramente a apresentação, colocando em maiúsculos a referência (p. 259): “[...] aparecerá aqui A TERRA PROMETIDA, ONDE CORRERÁ LEITE E MEL, SERÁ UMA RIQUEZA INCONCEBÍVEL”.

28. “Diário de Brasília”, 1956-57, p. 235. Na Revista Brasília, número 1 (jan/57), p. 2.

29. Não obstante, esse livro (p. 63-69) recupera alguns discursos parlamentares sobre a mudança nos quais existe menção ao “sonho”.

30. Sobre esse fato, ver TAMANINI, L. F. Brasília. Memória da construção. 2. ed. Brasília: Livraria Suspensa, 2003, v. 1, p. 113-119.

todos os fatos acima sejam bons para explicar o “esquecimento” da participação goiana no processo de transferência da capital. Talvez por isto, em meio a todo o enorme trabalho historiográfico, tenham sido justamente os anos que antecederam imediatamente a transferência aqueles menos mencionados. Como parte substancial da atuação goiana está nesses anos, ela foi “esquecida”. O mito JK pode, então, parecer menos politicamente situado, mais deslocado e mais puro. A consequência ainda hoje é: o papel de JK em relação a Brasília está muito bem dimensionado. O papel dos atores goianos pouco está. Cabe agora resgatá-lo.

---

**Abstract:** The government of the Brazilian former president Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956–61) has stored an impressive amount of photographs, movies and documents about the whole process of construction of the new Brazilian capital, Brasília, built between 1956 and 1960. Besides, it has published a collection of books – Coleção Brasília – about the daily life of the construction and about the historical process which has conducted to the capital transfer from the city of Rio de Janeiro to Brasília. By doing this, the government has finally produced not simple documents for researchers but his own view of both Brazil's history and Brasília's history. This paper intends to investigate why the government has decided to become the chronicler and the historian of Brasília and the consequences of this act, in particular to the understanding of the participation of the social actors from state of Goiás which role has been suppressed in government's history.

**Key words:** City of Brasília; transfer of Brazilian capital; state of Goiás.

---

## Referências

- ALBUQUERQUE, J. Pessoa de C. de. Relatório anual da Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Rio de Janeiro, 1955, p. 48-54.
- BLOEM, R. Mudança da capital. São Paulo: Instituto de Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, 1958.
- BOJUNGA, Cláudio. JK. O artista do impossível. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BRUANT, C. Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. In: PECHMAN, R. & RIBEIRO, L.C. de Q. (Org.). Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 167-202.
- CERIA, Eugénie. *Memorie biografiche di san Giovanni Bosco*. Turin: Società Editrice Internazionale, 1935, v. XVI.
- CRULS, L., Comissão de Exploração do Planalto Central do Brasil. Relatório. Rio de Janeiro: H. Lombart & C., Editores do Observatório, 1894.
- DOURADO, Autran. *Gaiola aberta: tempos de JK e Schmidt*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- LOPES, Lucas. O Programa de Metas. In: OLIVEIRA, J. A. et al. JK, o estadista do desenvolvimento. Brasília: Memorial JK. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1991, p. 135-49.
- MICELI, Sérgio. *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*. Grenoble: PUG/MSH, 1981.
- NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). Brasília: a construção do cotidiano. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- OLIVEIRA, Juscelino K. de. Discursos – 1956. Rio de Janeiro: 1958, 425 p.
- \_\_\_\_\_. Discursos – 1957. Rio de Janeiro: 1958, 303 p.
- \_\_\_\_\_. Discursos – 1958. Rio de Janeiro: 1959, 532 p.
- \_\_\_\_\_. Discursos – 1959. Rio de Janeiro: 1959, 385 p.
- \_\_\_\_\_. Mensagens – 1956. Rio de Janeiro: 1960, 212 p.
- \_\_\_\_\_. Mensagens – 1957. Rio de Janeiro: 1960, 150 p.
- \_\_\_\_\_. Mensagens – 1958. Rio de Janeiro: 1960, 144 p.
- \_\_\_\_\_. Meu caminho para Brasília. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976, 3 v.
- \_\_\_\_\_. Por que construí Brasília. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.
- OLIVEIRA, Márcio de. Brasília: o mito no imaginário da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- \_\_\_\_\_. Brasília, uma alegoria mítica da nação. Teoria & Sociedade. Revista dos Departamentos de Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 215-238.
- PORDEUS, Ismael. Raízes históricas de Brasília. Datas e documentos. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1960.
- RIZZINI, Carlos, Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. São Paulo: CEN, Coleção Brasileira, 1946.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Antecedentes históricos. 1549-1896. Rio de Janeiro: 1960.
- \_\_\_\_\_. Antecedentes históricos. 1897-1945. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Antecedentes históricos. 1945-1956. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Brasília. História de uma idéia. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Brasília e a opinião estrangeira – II. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Brasília e a opinião mundial – I. Rio de Janeiro: 1958.

\_\_\_\_\_. Brasília e a opinião mundial – II. Rio de Janeiro: 1959.

\_\_\_\_\_. Brasília e a opinião mundial – III. Rio de Janeiro: 1959.

\_\_\_\_\_. Brasília e a opinião mundial – IV. Rio de Janeiro: 1959.

\_\_\_\_\_. Brasília e a opinião nacional – I. Rio de Janeiro: 1959.

\_\_\_\_\_. Brasília e a opinião nacional – II. Rio de Janeiro: 1959.

\_\_\_\_\_. Diário de Brasília. 1956-57. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Diário de Brasília. 1958. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Diário de Brasília. 1959. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Diário de Brasília. 1960. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Programa de Metas. Rio de Janeiro: 1958.

\_\_\_\_\_. Programa de Metas – II. Rio de Janeiro: 1959.

\_\_\_\_\_. Programa de Metas – III. Rio de Janeiro: 1959.

SILVA, Ernesto. História de Brasília. Brasília: Ed de Brasília/INL, 1971.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

TAMANINI, L. Fernando. Brasília. Memória da construção. 2. ed. Brasília: Livraria Suspensa, 2003, 2 v.

VARNHAGEM, Francisco A. A questão da capital: marítima ou no interior. 3. ed. Brasília: Thesaurus, 1978.

VASCONCELOS, Adirson. A mudança da capital. Brasília: Ed. do Autor, 1989.

VICTOR, E. D'Almeida. História de Brasília. Brasília: Thesaurus, 1980.

#### Depoimentos

BUENO, Abelardo Coimbra. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 22 p.

BUENO, Jeronymo Coimbra. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 35 p.

SILVA, Ernesto. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1987. 73 p.

PEIXOTO, Augusto do Amaral. Depoimento. Acesso em: [www.cpdoc.fgv.br/nat\\_jk/htm/depoimentos](http://www.cpdoc.fgv.br/nat_jk/htm/depoimentos).

NEVES, Tancredo. Depoimento. Acesso em: [www.cpdoc.fgv.br/nat\\_jk/htm/depoimentos](http://www.cpdoc.fgv.br/nat_jk/htm/depoimentos).

#### Arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal

#### Bibliotecas

Biblioteca da Câmara dos Deputados Federais, Brasília, DF.

Biblioteca da Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Biblioteca do Memorial JK, Brasília DF.